

Memória e História da Primeira República

NOÉ FREIRE SANDES¹

RESUMO: A reflexão sobre a história política da Primeira República, até a década de 1960, foi marcada pelo espírito de crônica. Escritores, jornalistas e historiadores se voltaram para a reflexão acerca do presente, animados pela tarefa de impor sentido ao tumulto dos acontecimentos. A ordenação dessa primeira narrativa envolveu o diálogo entre história, memória e literatura. Graciliano Ramos, em 1940, escreveu *Pequena História da República* para um concurso literário promovido pela revista *Diretrizes*. Estava em jogo o sentido da história e de seus acontecimentos. O trabalho ora apresentado se propõe a acompanhar o diálogo do romancista com a história por meio da comparação entre *Pequena História da República* e *Memórias do Cárcere*.

A história política da República entre os anos de 1930 a 1960 se notabilizou por uma narrativa marcada por certa regularidade: contava-se a história, sempre em quadriênios, a partir do acompanhamento dos presidentes que ocupavam o palácio do Catete. As crises republicanas resultavam justamente com a interrupção dessa quadra motivada pela disputa eleitoral. Assim, história política republicana assumia a forma de uma história-memória, narrada por cronistas que se ocupavam em registrar o que de notável ocorria no cenário nacional. É certo que não se pode negar a renovação do pensamento histórico nas obras clássicas que marcaram a década de 1930, tampouco a reflexão de matriz sociológica que fez escola nos anos 20, com destaque para o pensamento de Alberto Torres, Oliveira Viana e Paulo Prado. Mas a reflexão histórica se voltava para um repertório diverso: interessava adentrar em um tempo de longa duração, capaz de captar o processo de nossa formação social. O tempo curto da história política republicana era recolhido por jornalistas, políticos ou homens de letras².

¹ Universidade Federal de Goiás, Doutor em História. Este texto faz parte do projeto Entre a memória e a história: os exilados da velha república e conta com financiamento do CNPq.

² A imperiosa tarefa de compor uma síntese da história política republicana, afinada com a leitura do tempo do acontecimento, foi assumida por historiadores e memorialistas que se aventuraram na leitura do presente, conforme se depreende da leitura de *História da República*, de José Maria Belo, editada em 1940. A cada edição, o autor procurava acrescentar os acontecimentos definidores do sentido da vida republicana. A 5ª edição (1964) abarcou o período de 1889 a 1954, finalizando o livro com a morte de Vargas. Hélio Silva realizou copiosa investigação a partir da coleta de depoimentos. Em *Sangue na areia de Copacabana* (1964), considera os entrevistados como amigos que franquearam ao autor seus testemunhos e arquivos e presta homenagem aos seus “pares”, incluindo seus nomes nas páginas iniciais de cada um dos cinco volumes que compõem a série *O ciclo de Vargas*, com destaque especial para Alzira Vargas. Edgar Carone persegue o acontecimento por meio de outra estratégia: a de reunir farta documentação temática e cronológica dos acontecimentos marcantes da vida republicana.

Na esteira da apreensão da história recente da república, a literatura se constituiu em caminho alternativo a crônica política. Os modernistas, além do desejo de atualização estética, anunciavam a necessidade de estabilização de uma consciência nacional, conforme sugeriu Mário de Andrade em sua conferência sobre o movimento modernista, em 1942. Enfim, a literatura avançava sobre o mundo social conferindo-lhe sentido. O romance de 1930 carregava a marca desse compromisso. Em certa medida, o projeto estético perdia espaço para o projeto ideológico e assim quanto mais a literatura assumia a missão de explicar o Brasil e os brasileiros, mais se distanciava do sentido de inovação. (LAFETÁ, 1974). Em meio às tensões decorrentes do conflito entre projeto estético e projeto ideológico, a literatura se aproximou da história. Estruturava-se, assim, um campo de reflexão sobre o Brasil que não passou despercebido pelo Estado. A direção desse processo, em parte, foi assumida pelo Ministério da Educação, na gestão Capanema. A criação da Comissão Nacional de Literatura Infantil (CNLI), em 1936 se constitui em capítulo especial do processo de aproximação entre intelectuais e Estado. O sentido nacionalista que a literatura expressava foi dirigido para crianças e adolescentes por meio de concursos literários, visando à produção de uma literatura voltada para a formação de uma cultura cívica (GOMES, 2003).

Graciliano Ramos: entre a Terra dos Meninos Pelados e Pequena História da República

Em uma crônica intitulada *Prêmios*, publicada postumamente em *Linhas Tortas*, Graciliano Ramos comenta a fartura de concursos promovidos por revistas e instituições do Estado. Ciente da quase impossibilidade de se viver de literatura, o escritor alagoano lamenta o valor modesto do prêmio, diante do trabalho insano a que o escritor se entrega na escritura de um romance: dois contos de réis. O próprio autor, em 1937, recebeu um prêmio de dois contos de réis ao ser classificado em terceiro lugar no concurso promovido pelo Ministério da Educação com o conto *A terra dos meninos pelados* (ZUGNO, 2007). O conto é marcado pelo desejo de evasão de Raimundo, um menino diferente com um olho direito preto, o esquerdo azul e a cabeça pelada. Aperreado com os insultos dos outros meninos, Raimundo encontrou noutra terra o que tanto buscava. Em Tatipirum a diferença era regra a ser aceita, pois lá tudo podia acontecer, entretanto suas aventuras eram interrompidas pelo chamado ao dever: a lição de geografia. Assim,

premido pelas obrigações, Raimundo retorna, com pena, para o conflituoso mundo de Cambaraca. A narrativa sensível apresentada em *Terra dos meninos pelados*, certamente carrega as marcas da traumática experiência vivida pelo autor em 1936, na prisão. O conto valorizava, sobretudo, a fantasia, conformando-se assim as expectativas da Comissão Nacional de Literatura infantil.

Graciliano pensou em se inscrever noutro concurso para uma história da República, voltado para o público infantil promovido pela revista *Diretrizes*³. *Pequena História da República* foi escrita, em 1940, com esse propósito, mas logo ficou evidente o desacerto entre o texto e a proposta do concurso. Osman Lins (1977) reconheceu a impropriedade do texto ao fim a que se destinava e o considerou uma “espécie de resposta desabusada e ferina, às muitas outras histórias – todas decerto, convencionais – que seriam enviadas à comissão julgadora”. *Pequena História da República* só foi publicada postumamente, na revista *Senhor*, em 1960, e depois reunida em livro juntamente com as histórias de *Alexandre e outros heróis* (1977). Sua incursão pela história foi classificada como literatura infantil, possivelmente pela marca de origem. *Pequena História da República* sequer foi inscrita no referido concurso, talvez pela interferência da censura ou mesmo pelo descompasso entre o texto e os objetivos traçados pelos editores de *Diretrizes*. Distante dos cânones da literatura infantil, *Pequena História do Brasil* surpreende pela despreocupação com o enredo. O tempo histórico segue os rastros dos eventos selecionados pela crônica histórica, mas são destituídos de qualquer construção de sentido. Dividido em pequenos verbetes, o livro tem seu início marcado pelo item *As coisas*, onde o autor se põe a demonstrar a diferença entre os costumes do passado, tempo do império, e do presente, tempo da República. Enfim, as coisas mudaram, mas não há explicação alguma para mudança. Em seguida abre um tópico para tratar dos homens e mais uma vez insiste na diferença:

³ *Diretriz* foi publicada em 1938, sob a direção de Azevedo Amaral com a participação de Samuel Wainer. A presença de Wainer nesse empreendimento resultou na reunião de um grupo de intelectuais que se afastou da linha editorial de louvação ao Estado Novo, conforme a orientação de Azevedo Amaral. A revista assumiu uma linha de oposição com clara tendência esquerdista. Graciliano Ramos foi um dos colaboradores da revista. *Diretrizes* foi fechada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1944. FERRARI, Danilo Wenseslau. *Diretrizes*. A primeira aventura de Samuel Wainer. *Histórica*. Revista do Arquivo do Estado de S. Paulo, n. 31, junho de 2008. Disponível em:

<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao31/materia01/>

Os homens maduros de hoje eram meninos. O Sr. Getúlio Vargas, no Sul, montava em cabos de vassoura.[...] Nesse tempo o chefe do governo, o Sr. Pedro II, Imperador, dispunha de longas barbas brancas respeitáveis e nas horas de ócio estudava hebraico, língua difícil, inútil à administração e à política. Todos os homens notáveis e idosos eram barbudos, conforme se vê em qualquer história do Brasil de perguntas e respostas (1977, p.127).

A diferença entre os homens se reduz a passagem do tempo que nada muda. A falta de sentido marca a sua visão de história, diante do desejo de mudança que grassava no fim do século XIX comenta: “Homens novos semeavam idéias novas e abundantes promessas. A multidão bocejava. Não lhe seria desagradável experimentar mudanças (1977,p.128)”. O escritor alagoano afasta-se da construção de uma narrativa causal ou edificante. Dialoga com os historiadores pelo avesso: sua história, muitas vezes, se aproxima dos eventos tradicionais, entretanto sua escrita desafia o sentido atribuído ao fato histórico. A sua narrativa anula a ação subjetiva e propositiva dos homens. A lei de 1871, ao libertar os filhos das escravas, ferira de morte a instituição escravista. O seco comentário deita por terra qualquer elaboração acerca das razões que conduziram esse processo:

Uma desgraça para os senhores, evidentemente, mas desgraça a prazo. Restava a esperança de cada um liquidar os seus negócios com vagar, adaptar-se a uma nova ordem econômica, procurar algum comprador ingênuo e transformar em mercadoria o capital humano que se depreciava (1977, p.129).

Graciliano evita explicações, embora deixe claro que as coisas simplesmente seguem um ritmo próprio ditado pelos interesses materiais. Ainda sobre a abolição, registra o “grande assanhamento nas senzalas. Os negros dançaram, cantaram, praticaram excessos, depois saíram sem destino, meio doidos”. Depois de atestar o impacto restrito da abolição na vida dos homens, conclui: “A gratidão dos negros a D. Isabel, a princesa que lhes deu alforria, esfriou bastante, passadas as manifestações excessivas de maio de 88” (1977, p.130-131).

Não há também qualquer concessão na análise dos movimentos populares. Antônio Conselheiro é descrito como um pobre diabo que “tencionava com ladainhas e benditos, salvar a humanidade” (p.151). O conselheiro nasceu em uma família de malucos: “louco e meio analfabeto, facilmente reuniu uma considerável multidão de sujeitos menos loucos e mais analfabetos que ele, a pior canalha da roça (1977, p.151)”. O fim da guerra de Canudos revela o sem sentido do movimento: “trezentos fanáticos inúteis, velhos, mulheres e crianças renderam-se (1977, p.151)”. Não há aprendizado nem lição acerca do confronto. Graciliano se volta contra a tradição que fez da guerra uma questão nacional, seguindo os passos de Euclides da Cunha.

A história quase sempre se assemelha a uma trapalhada. Com esse adjetivo descreveu os movimentos de intervenção do Marechal Hermes da Fonseca, bem como das manifestações dos trabalhadores na greve de 1917. Os “Dezoito do Forte” – heróis de Copacabana – são “dezoito doidos que afrontaram a tropa” (1977, p.167). As solenidades em torno o centenário da independência em 1922 merecem o rápido comentário: “A monarquia se enterrara. Revogou-se, portanto, o exílio dos Braganças, trouxeram-se para cá os ossos do velho monarca e de sua esposa. E recebeu-se a visita do Rei Alberto, a quem se ofereceram festas magníficas (1977, p.164)”.

Graciliano denuncia a ambiguidade do movimento revolucionário de 1930 centrado em “idéias muito diversas, ordinariamente simples, em otimismo baboso e afirmações categóricas” (1977, p.172). Desconfia do palavreiro desenfreado dos revolucionários, embora esteja consciente do rancor que grassava entre os partidários da antiga ordem. Sua ironia demarca uma visão arguta do presente. Há um sentido de mudança que se manifesta claramente no exército: “Os que vêm em 1930 uma vasta bagunça improvisada enganam-se (...). O governo não dispunha do Exército porque muita gente começava a pensar, a discutir, a observar-se. Idéias sub-reptícias entravam na caserna, os soldados se capacitavam de que não valia a pena fazer sacrifícios para receber o Rei da Bélgica e os ossos de D. Pedro II”. (1977, p. 172). O autor finaliza sua avaliação sobre 1930 registrando a falta de programas e as interpretações banais acerca do Brasil e de sua história: “Sem mencioná-la, várias pessoas se ocupam com os problemas nacionais, em estudos sérios que exigem observação e paciência”. (1977,p.174) A revolução se perde em meio ao excesso de fórmulas e simplificações.

A literatura de Graciliano Ramos destila um pessimismo refratário a qualquer missão pedagógica. Sua ironia é faca afiada a desfazer a pomposa narrativa dos historiadores. Pelo avesso, enxerga o sem-sentido dos acontecimentos - trapalhadas, doidos, fanáticos são expressões que saltam da sua *Pequena História da República*. Há um claro diálogo entre *Pequena História da República* e os escritos publicados no mesmo período na revista *Cultura e Política* do Departamento de Imprensa e Propaganda. O escritor não hesitou em publicar suas crônicas no órgão de propaganda do governo Vargas, mas com uma condição: seus escritos não poderiam ser alterados. Reunidos posteriormente em *Viventes das Alagoas*, os textos são colados na memória do escritor: festas de carnaval, vícios políticos e a rotina modorrenta das cidades interior. No conto *Bagunça*, escrito em 1941, há clara a alusão ao oportunismo presente no processo revolucionário de 30:

Vários se acautelavam, pensando no Rio, e, bastante dignos para regenerar de chofre convicções antigas, limitavam-se a introduzir no bolso um lencinho encarnado. Via-se dele uma ponta discreta, que, em conformidade com as notícias, mergulhava ou reaparecia. (1986,p. 63)

O traço irônico na descrição da Revolução de Outubro é da mesma cepa dos escritos de sua *Pequena História da República*, entretanto, o autor empreende análise diversa ao tratar do fenômeno do cangaço, em *Viventes das Alagoas* (1986). Ao contrário da história dos historiadores, o cangaço merecia reflexão compreensiva, pois se aproximaria da experiência concreta dos homens do sertão. A memória dos viventes de Alagoas merece um tratamento respeitoso: longe das lentes deformadoras da história, há vivências. Em *O fator econômico no Cangaço*, Graciliano Ramos situa o Cangaço como fenômeno próprio da zona de indústria pastoril do Nordeste. Caracteriza a região, os aspectos geográficos, a divisão da terra, a riqueza concentrada no gado e o fenômeno do cangaço: “escolas ambulantes onde em épocas de seca, se vão exercitar os sertanejos famintos (1986, p.133)”. Lampião, e o *lampionismo*, é parte dessa escola, pedagogia capaz de obter o olhar compreensivo de Graciliano Ramos. A memória e a história do cangaço aproximam o autor de um projeto explicativo para o drama do sertanejo nordestino.

Pequena História da República e Memórias do Cárcere

Memórias do Cárcere (1977) tornou-se um sucesso editorial. Graciliano não tencionava transformar o livro em documento histórico, um tipo de libelo contra a ditadura varguista a despeito da leitura sensível do historiador Werneck Sodré que enreda o romance nas teias de um compromisso político firmado mais pelo historiador, Sodré, do que pelo romancista, Graciliano. Interessa o compromisso com a história vivida, com a memória. Durante dez anos se ateuve à aventura de escrever sobre a cadeia. Enfrentou o desafio e a morosidade de sua escrita sem desculpas:

Restar-me-ia alegar que o DIP, a polícia, enfim os hábitos de um decênio de arrocho, me impediram o trabalho. Isto, porém, seria injustiça. Nunca tivemos censura prévia em obra de arte. Efetivamente se queimaram alguns livros, mas foram raríssimos esses autos de fé. Em geral a reação se limitou a suprimir ataques diretos, palavras de ordem, tiradas demagógicas, e disto escasso prejuízo veio à produção literária. (...) Não caluniemos o nosso pequenino fascismo tupinambá; se o fizermos, perderemos qualquer vestígio de autoridade e, quando formos verazes, ninguém nos dará crédito. De fato ele não nos impediu de escrever. Apenas nos suprimiu o desejo de entregar-nos a esse exercício.” (1977, v.I, p.34)

A advertência soa com clareza: necessidade de escala. Redução irônica do Estado Novo a uma modalidade menor do fascismo: tupinambá. Nessa direção, dissipasse a exclusividade da denúncia política em favor da montagem de um quadro mais preciso e verossímil. O acanalhamento dos costumes políticos, certamente aprofundado no Estado Novo, conduziu a supressão do desejo do exercício de escrever, embora fosse possível, encontrar nos sebos “libelos terríveis contra a república novíssima (1977, v. I, p.34)”. A recusa da fácil identificação entre o Estado Novo e o fascismo, permitiu ao escritor afastar sua escritura de qualquer projeto ideológico oposicionista, embora como cidadão tenha se posicionado claramente contra a ditadura. Mas no registro do vivido, o escritor não deixa de demarcar a violência como marca do regime político que se anunciava em 1936. Não é por acaso que a cadeia assume o centro da narrativa a indicar a existência uma ordem autoritária preexistente às novas modalidades do autoritarismo.

O fascismo tupinambá deveria ser percebido como traço de continuidade da violência costumeira do regime republicano, com direito a atualização.

A grade da prisão a todos iguala. Esquecimento de si: “Aqui não há direito. Escutem. Nenhum direito. Quem foi grande esqueça-se disto. Aqui não há grandes. Tudo igual. Os que têm protetores ficam lá fora. Atenção. Vocês não vêm corrigir-se: vem morrer.” (1977, v. II, p.65). A memória negocia com a história. O relato da vivência se altera com a passagem do tempo e com as múltiplas faces do governo Vargas. O mundo caminha para o fascismo, adverte o escritor ciente da impossibilidade de resistência diante do processo de desumanização a que estavam submetidos. A lembrança permite traçar cenários e perfis descontínuos. Graciliano adverte ao leitor da possibilidade de lapsos em sua reconstrução do passado, mas assegura que seus escritos refletem sua experiência. Irrita-se com o fato de José Lins do Rego discorrer sobre Fernando de Noronha, lugar onde nunca esteve. “O indivíduo livre não entende nossa vida além das grades. (...) A cadeia não é brinquedo literário. (...) Impossível conceber o sofrimento alheio se não sofremos” (1977, v.II, p.206, 207).

Os cenários permitem ao escritor romper o estreito limite das grades, delineando o tempo externo ao cárcere, enquanto os perfis recriam um tempo interno. Em rápidos traços descreve o avanço do conservadorismo sob a ruína dos levantes comunistas, como o de Natal. A prisão de Prestes avivava sua memória acerca da coluna: “Que significava aquilo? Um protesto, nada mais. Se por milagre a coluna alcançasse vitória, seria um desastre, pois nem ela própria sabia o que desejava”. (1977, v.I p.79). Sobre a Aliança Nacional Libertadora registra seu caráter pequeno burguês, desconfia do jogo de alianças de classe, alertando para o apoio dos proprietários, grandes ou pequenos, ao fascismo. Alerta para o vazio contido nos discursos políticos irrealizáveis, enquanto na roça a população seguia os passos dos coronéis. Para Graciliano a divisão da terra no Nordeste assemelha-se a desvario dado o pouco valor da terra seca, sem benfeitorias. Mesmo cético quanto ao programa das esquerdas afirmava sua admiração por Prestes, lamentando que “essa grande força estivesse paralisada (1977, v. I, p. 82)”.

Escrevia conhecedor do futuro do passado. Projetos derrotados, revividos na pena do escritor sob o signo da derrota, como os presos da rebelião em Natal, cujos “cargos decorativos lhes serviram para agravar as torturas na cadeia.” (1977, v.I, p.131). É perceptível na narrativa de Graciliano, conforme ressaltou Boris Schnaiderman (1995), a presença de dois narradores: o narrador-autor e o que viveu a ação à época

(sujeito do enunciado). Dessa partição resulta uma temporalidade distinta no interior de *Memórias do Cárcere*, revelando ora a vivência do autor, ora a percepção que organiza a experiência vivida, atribuindo-lhe novo sentido. O testemunho organiza um tempo próprio.

Em *Memórias do cárcere*, o presidente Getúlio Vargas foi descrito como um prisioneiro: “puxavam-lhes os cordões e ele se mexia, títere, paisano movido por generais” (p.285). Graciliano Ramos resiste em conferir à pessoa do presidente a responsabilidade pelo regime de compressão política. O escritor conhecia, por dentro, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Não havia razão para propagar, pelo avesso, as imagens produzidas pelo DIP. Na contracorrente do mito que se formava em torno de Vargas, preferiu compará-lo a uma marionete. Três anos após sua prisão, aceita um pequeno cargo no governo Vargas. Se não se pode falar propriamente em reparação, Graciliano, certamente premido por dificuldades financeiras, aceita a nomeação. Ao comentar o episódio em suas memórias, Alzira Vargas anuncia um quase pedido de desculpas ao escritor alagoano:

[...] Fui-lhe apresentada algum tempo depois no Catete, por Mauro de Freitas, oficial de gabinete da Presidência, quando foi agradecer a Papai sua nomeação para um pequeno cargo federal. [...] Deu-me alguns de seus livros com dedicatória e se espantou quando lhe disse que já havia lido e apreciado “Angústia”. Morreu sem saber que “Memórias” do cárcere foi lido com emoção e respeito por todos os seus algozes, conscientes ou inconscientes. (PEIXOTO, 1960, 215, 216).

Em suas memórias, Alzira Vargas menciona o encontro com o escritor em meio à tentativa de justificar as atitudes arbitrárias do governo no ano de 1936. Transcreve um diálogo em que seu pai, Getúlio Vargas, reconhece a possibilidade que injustiças tenham sido cometidas, mas afirma que em alguns casos houve alguma reparação: “[...] Aos poucos foram sendo restituídos à liberdade aqueles que tiveram a sorte de encontrar pessoas que se interessassem por ele (PEIXOTO, 1960, p.215)”. O caso de Graciliano é

exemplar, portanto merecia ser lembrado, inclusive com a menção a Memórias do Cárcere que, certamente, atingiu a imagem benevolente que a filha traçou do seu pai⁴.

Entre *Pequena História da República* e *Memórias do Cárcere* há um claro sentido de continuidade: descrença na explicação histórica ordenada por uma cronologia distante do tempo dos viventes. A história dos historiadores e cronistas organiza o tempo segundo a ação dos personagens notáveis. Institui o “sentido” histórico a partir de relações causais sempre marcadas pela intencionalidade dos sujeitos. Barbosa Lima Sobrinho insiste em apresentar a insinceridade dos políticos, marca inapagável de Getúlio Vargas. O cronista, anos depois, acabou se aproximando de Getúlio e sua verdade sobre a revolução de 1930 se viu reduzida a um capítulo inicial de uma história que se desdobraria em sentido diverso do que foi sugerido no seu próprio tempo (SANDES, 2008). A historiografia por sua vez afasta-se dos cronistas e dos relatos dos contemporâneos insistindo na parcialidade de suas explicações. O acúmulo de documentos e a crítica ao testemunho acabam por afastar a histórica do tempo dos viventes, sempre encoberto pelas brumas dos conflitos e arengas do presente. A historiografia produz outro tempo, por meio da elaboração de hipóteses marcadas pelo contraste entre as aspirações do presente e os desdobramentos dos acontecimentos⁵.

A história se distancia da memória redefinindo assim a percepção do tempo. Halbwachs (1990) ressalta que a expressão *memória histórica* é pouco feliz, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto e adverte que não há solução de continuidade entre a memória e a história, pois ao se aproximar do passado, o historiador expõe, na verdade, a distância entre a sua interpretação e a dos viventes dos fatos por ele narrados. Entretanto, é possível encontrar um ponto intermediário, um espaço aberto para negociação. O próprio Halbwachs (1990) concede algum crédito a essa possibilidade ao indicar um movimento de troca entre impressões pessoais e lembranças de acontecimentos vividos pelo grupo no processo de enquadramento da memória.

⁴ Nos diários de Vargas não há registro sobre o encontro entre o presidente e Graciliano Ramos.

⁵ Emília Viotti da Costa, na década de 1970, ao refletir sobre a crise do Império e as origens da República insiste na tarefa fundamental do historiador: a crítica aos testemunhos. A historiadora aponta para a necessidade de uma visão estrutural que se distancie do evento e da visão dos contemporâneos. Mais uma vez se opera a separação entre evento e estrutura. COSTA, Emília Viotti. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

Assim sendo, é possível aproximar memória e história, pois a compreensão dos acontecimentos requer interpretação histórica. Ao indicar tal possibilidade, Halbwachs (1990) se referia à experiência da 1ª Grande Guerra, cujo impacto foi sentido mundialmente. A compreensão da guerra exigia aprendizagem decorrente da leitura do presente e, por conseqüência, de sua relação com o passado. Memória individual e memória coletiva dialogam com a história-conhecimento em busca da fixação do sentido do tempo e da novidade de uma guerra, cuja violência rompeu com as experiências vividas no passado.

De algum modo, a revolução de 1930 cumpriu a função integradora da história e da memória nacional. O evento mobilizou os quatro cantos do país e acabou por desmontar a estrutura de dominação política da Primeira República, fundada no estadualismo. Se não há solução de continuidade entre memória e história, resta, portanto, a negociação entre memória, história e literatura na produção de um esquema conceitual capaz de conferir sentido ao passado como cultura histórica⁶.

Nessa rede de interpretações percebe-se a força do evento revolucionário que se deslocou entre o passado e o futuro em busca da fixação de sentido para o presente. A revolução se voltou para o passado ao redefinir o sentido do tenentismo: as revoltas dos jovens oficiais eram o prenúncio do movimento de 1930. Observa-se também movimento inverso em direção ao futuro: a revolução representaria a ruptura com o passado, acompanhando o processo histórico das revoluções burguesas na Europa (ROSA, 1976). Nessa direção, o sentido da revolução só pôde ser percebido em 1937, com o Estado Novo. No campo da literatura, a renovação estética do modernismo deságua no compromisso social que marcou o romance de 1930. Graciliano Ramos em *Memórias do Cárcere* requer um olhar verossímil para o fascismo tupinambá: um fascismo enraizado na mesquinha experiência social republicana, cuja marca de nascença poderia ser percebida de dentro da cadeia.

⁶ A cultura histórica engloba formas distintas do pensamento histórico, que expressam a necessária interação entre experiência e interpretação do tempo como habilidade cognitiva da vida prática. A cultura histórica, portanto, expressa a consciência histórica que se fundamenta na percepção de que “o homem só pode viver no mundo, isto é, só consegue relacionar-se com a natureza, com os demais homens e consigo mesmo se não tomar o mundo e a si mesmo como dados puros, mas sim interpretá-los em função das intenções de sua ação e paixão, em que se representa algo que não são”. (In: RÜSEN, J. *Razão histórica*, Brasília: UnB, 2001, p.5).

A historiografia por sua vez desconfia dessa rede de significados: o sentido do tenentismo é circunscrito aos interesses da corporação, o exército. Assim formula-se um veto a compreensão dos possíveis laços estabelecidos entre os tenentes e os demais segmentos sociais. Ao contrário das indicações de Graciliano Ramos em *Memórias do Cárcere*, certa vertente interpretativa reafirma a proximidade entre Estado Novo e Fascismo, embora o tema alimente viva polêmica entre os historiadores. Enfim, a Revolução de 1930 ainda mobiliza o debate sobre as distintas representações do Brasil e de sua história. O evento redefiniu o sistema (SAHLINS, 2007) e se transformou em substrato de um tempo que, entre idas e vindas, assumiu a representação de um tempo revolucionário.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mário. Aspectos da literatura brasileira. São Paulo: *Martins Fontes*, 1974.
- COSTA, Emília Viotti. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- FERRARI, Danilo Wenseslau. Diretrizes. A primeira aventura de Samuel Wainer. *Histórica*. Revista do Arquivo do Estado de S. Paulo, n. 31, junho de 2008. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao31/materia01/>
- GOMES, Ângela de Castro. Literatura infantil, história do Brasil e política cultural na era Vargas. In: Revista da USP, São Paulo, 2009, p. 116-133, set-nov, 2003.
- HALBWACHS, M. *Memória Coletiva*. Rio de Janeiro, Vértice, 1989.
- LAFETÁ, João Luís. *A crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 2000.
- LINS, Osman. O mundo recusado, o mundo aceito e o mundo enfrentado. In: *Alexandre e outros heróis*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1977, p.184.
- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1960
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1977.
- _____. *Linhas Tortas*. São Paulo: Martins, 1962.
- _____. *Viventes das Alagoas: quadros e costumes do Nordeste*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1986.
- _____. Pequena História da República. In: *Alexandre e outros heróis*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1977.
- RÜSEN, J. *Razão histórica*, Brasília: UnB, 2001
- SAHLINS, Marshall. *Cultura na Prática*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

SANDES, Noé Freire. O passado como negócio. O tempo revolucionário (1930). *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 43, p. 125-140, 2009.

SANTA ROSA, Virginio. *O sentido do tenentismo*, 3ª edição, São Paulo: Alfa Omega, 1976.

SCHNAIDERMAN, Boris. Duas vozes diferentes em Memórias do Cárcere? In: Estudos avançados. vol. 9 no.23, 1995. Disponível em :

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000100022

ZUGNO, Ana Lúcia Ioppi. O uso da literatura infantil no Estado Novo: o caso de as aventuras de Tibicuera. Dissertação de Mestrado em Educação. Santa Catarina: UESC, 2007.